

BALANÇO PATRIMONIAL				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015				
(Em milhares de reais)				
Ativo	2016	2015	Passivo	
Circulante			Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	609	796	Fornecedores	227 124
Contas a receber	3.303	4.261	Obrigações sociais	3.040 2.980
Impostos a recuperar	1.494	2.855	Obrigações fiscais	1.733 1.703
Mútuos a receber de partes relacionadas	27	27	Mútuos a pagar de partes relacionadas	604 743
Despesas antecipadas	361	299	Outras contas a pagar	291 347
Outras contas a receber	2.103	359		5.895 5.897
	7.897	8.597	Não circulante	
Não circulante			Obrigações fiscais	10.981 11.375
Impostos a recuperar	225	65	Provisão para contingências	8.250 5.762
Mútuos a receber de partes relacionadas	14.612	14.180	Passivo atuarial com plano médico	704 424
Depósitos judiciais	3.417	2.774		19.935 17.561
	18.254	17.019	Patrimônio líquido	
Imobilizado	530	742	Capital social	35.050 25.772
Intangível	10	11	Reserva legal	165 165
	540	753	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.670 9.278
Total do ativo	26.691	26.369	Prejuízos acumulados	(39.024) (32.401)
			Outros resultados abrangentes	- 97
				861 2.911
			Total do passivo	26.691 26.369

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015		
(Em milhares de reais)		
	2016	2015
Receita operacional líquida	33.901	33.797
Custos dos serviços prestados	(26.283)	(27.280)
Lucro bruto	7.618	6.517
Despesas operacionais		
Vendas	(642)	(2.526)
Gerais e administrativas	(13.472)	(12.039)
Outras receitas operacionais, líquidas	327	332
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(6.169)	(7.716)
Despesas financeiras	(951)	(971)
Receitas financeiras	497	395
Resultado financeiro	(454)	(576)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(6.623)	(8.292)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(6.922)
Prejuízo do exercício	(6.623)	(15.214)
Prejuízo por ação	(0,19)	(0,59)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015						
(Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.772	165	-	3.000	(17.187)	8.751
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(15.214)	(15.214)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	9.278	-	9.278
Aumento de capital	3.000	-	-	(3.000)	-	-
Varição do passivo atuarial de plano médico	-	-	97	-	-	97
Saldo em 31 de dezembro de 2015	25.772	165	97	9.278	(32.401)	2.911
Aumento de capital	9.278	-	-	(9.278)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.623)	(6.623)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	4.670	-	4.670
Varição do passivo atuarial de plano médico	-	-	(97)	-	-	(97)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.050	165	-	4.670	(39.024)	861

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015		
(Em milhares de reais)		
	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(6.623)	(15.214)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	213	323
Valor residual de ativos imobilizado e intangíveis baixados	24	2
Provisão para ajuste ao valor recuperável de contas a receber	(1)	(331)
Ajuste provisório atuarial	(97)	97
Provisões para contingências atuarial, e outras provisões	2.767	1.544
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	6.922
	(3.717)	(6.658)
(Redução) aumento dos ativos operacionais		
Contas a receber, líquidas	959	752
Impostos a recuperar	1.201	905
Despesas antecipadas	(61)	(86)
Depósitos judiciais	(643)	-
Outras contas a receber	(1.744)	2.290
(Redução) aumento dos passivos operacionais		
Fornecedores	102	(103)
Obrigações sociais	60	166
Obrigações fiscais	(364)	150
Outras contas a pagar e depósitos judiciais	(56)	144
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(4.263)	(2.440)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(23)	(3)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(23)	(3)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos repassados a partes relacionadas	(571)	(6.150)
Aumento de capital social	9.278	3.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	(4.608)	6.278
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	4.099	3.128
(Redução) aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	(187)	685
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo final	609	796
Saldo inicial	796	111
(Redução) aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	(187)	685

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Protege S/A Serviços Especiais (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com capital 100% brasileiro, que tem por objeto social a prestação de serviços de transportes em automóveis tipo passeio e motocicletas; prestação de serviços de tesouraria para o mercado em geral; fornecimento e locação de mão de obra tais como: porteiros, recepcionistas, telefonistas, entre outros; serviços de limpeza, conservação, manutenção de imóveis, portaria e outros; monitoramento eletrônico e de imagem; assistência técnica preventiva de equipamentos e sensores, análise e gerenciamento de risco e consultoria em projeto de segurança. A Companhia está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Henrique Ongari, 89, possui filiais para prestação de serviços nos seguintes Estados: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Porto Alegre, Paraná, São Paulo e Distrito Federal. **2. Base de preparação:** a. **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 10 - Reconhecimento de ativos fiscais decorrentes:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; **• Nota explicativa nº 12 - Ativo imobilizado (estimativa de vida útil);** **• Notas explicativas nºs 8 e 16 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências;** principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **• Nota explicativa nº 17 - Mensuração de obrigações de benefícios definidos;** principais premissas atuariais; **b. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo. **6. Sumário das principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a prestação do serviço foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos futuro fluirão para a Companhia; e as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser mensuradas de forma confiável. **b. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A empresa classifica ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: Empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e outras contas a receber. Caixa e equivalentes de caixa: Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros não derivativos estão representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **(iii) Capital social:** Ações ordinárias: Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. **(ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Beneficência em imóveis de terceiros 10 a 25 anos Instalações 10 anos Máquinas e equipamentos 8 a 10 anos Móveis e utensílios 5 a 10 anos Veículos 3 a 15 anos Equipamentos de informática 4 a 10 anos Armamento equipamentos de vigilância 20 anos **d. Ativos intangíveis: (i) Marcas e Patentes:** A marcas e patentes são

mensurados ao custo, não sofrem amortização. **(ii) Direitos de Uso de Software:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. **(iii) Gastos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iv) Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As marcas e patentes não são amortizadas. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: Direito ao uso de software 5 anos **e. Redução ao Valor Recuperável (Impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração da Companhia não identificou qualquer indicativo de impairment em 31 de dezembro de 2016. **f. Benefícios a empregados: (i) Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e não incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(ii) Benefícios pós emprego - planos de saúde:** A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido a cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais. Os custos com contribuições mensais definidas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência O cálculo da obrigação de plano de médico é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Arrendamentos: (i) Ativos arrendados:** Ativos mantidos pela Companhia são arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os ativos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no Balanço Patrimonial da empresa. **(ii) Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. **i. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: **• Receita de juros:** Despesa de juros; **• Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício às taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **k. Normas e inter-**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015		
(Em milhares de reais)		
	2016	2015
Prejuízo do exercício	(6.623)	(15.214)
Varição com passivo atuarial de plano médico	-	97
Resultado abrangente total	(6.623)	(15.117)

preações ainda não adotadas: Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo. A Administração não planeja adotar estas normas de forma antecipada. **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7):** As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Empresa pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento. **Reconhecimento de impostos diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12):** As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Empresa está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Empresa não espera qualquer impacto significativo. **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém nas orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Empresa em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Empresa detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Empresa fará no futuro. A nova norma exigirá que a Empresa revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, com base nos instrumentos financeiros negociados pela Empresa não é esperado impactos significativos nas demonstrações financeiras ao aplicar os requerimentos previstos na IFRS 9. **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Empresa está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma. **IFRS 16 Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. A Empresa ainda não quantificou o impacto da adoção da IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Empresa celebrará. A Empresa espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção, planejada para 1º de janeiro de 2019. **Outras alterações:** Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa: - Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações. - Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou IFRSs. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRSs não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **A Diretoria** **Ronaldo Ferreira** - Contador - CRC 1SP230211/0-5